



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de serviço especializado continuado de Auxiliar em Saúde Bucal para apoio às atividades e procedimentos do serviço de odontologia da Seção de Saúde do TRES.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Pessoal

Seção de Saúde

1 Objeto da Contratação

Contratação de empresa para prestação de serviço técnico especializado de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) em conformidade com a Lei nº 11.889/2008, que regulamenta o exercício deste profissional, para apoio às atividades desenvolvidas pelas profissionais de odontologia deste TRESC.

2 Fundamentos da Contratação

2.1. Motivação

O serviço de odontologia está sendo reestruturado para se adaptar ao novo cenário imposto pela pandemia do coronavírus. Dentre as ações necessárias ao seu combate, está a contratação de ASB (auxiliar de saúde bucal), para que o atendimento odontológico passe a ser realizado a quatro mãos, diminuindo drasticamente o risco de contaminação cruzada. Este termo é utilizado para definir a transmissão de microrganismos patogênicos de uma pessoa ou objeto para outra pessoa (ou outro objeto), que pode ocorrer quando o cirurgião-dentista toca em gavetas e materiais durante os atendimentos clínicos, por exemplo. Para cada atendimento realizado se utilizam diversos materiais e instrumentais e ao final do mesmo, estes devem ser descartados e/ou processados (etapa esta, que inclui descarte de resíduos orgânicos, lavagem, secagem, embalagem e desinfecção ou esterilização por métodos químicos e/ou físicos, dependendo do tipo de material/instrumental). É ainda necessário o preparo de todo o ambiente para o atendimento subsequente, o que inclui limpeza e desinfecção de todas as superfícies e equipamentos, além da troca de material e instrumental. Portanto essa contratação se justifica, pois suprirá uma lacuna que já existe há muito tempo, visto que os serviços a serem executados por este profissional não são atribuições das Cirurgias-Dentistas e irá cumprir as determinações contidas na Lei n.11889/2008, que dispõe sobre o exercício da profissão de Auxiliar em Saúde Bucal. A contratação desses serviços vai ao encontro também do que foi aprovado no PAE n. 14.590/2020, garantindo que os atendimentos retornem dentro das premissas de biossegurança esperadas de um serviço de saúde nesta nova realidade.

2.2. Objetivos, Resultados esperados e Benefícios

a) dispor de serviço técnico especializado de Auxiliar de Saúde Bucal para apoio às atividades desenvolvidas pelas profissionais de odontologia deste TRESC.

b) assegurar a continuidade do serviço odontológico, considerando não haver no quadro de pessoal do TRESC cargos específicos destinados à realização das atividades indicadas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Pessoal

Seção de Saúde

2.3. Alinhamento Estratégico

Trata-se da prestação de serviços especializados de auxiliar em Saúde Bucal, em apoio às atividades do setor de odontologia da Seção de Saúde. Dessa forma, não existe possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRESC.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados aos autos do PAE n. 23.337/2020.

2.5 Demanda Prevista X Quantidade a ser Contratada

A demanda estimada é de 1 (um) profissional com carga horária de 44 horas semanais, considerando o número de atendimentos realizados diariamente pelas cirurgiãs-dentistas da Seção de Saúde.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

O serviço será prestado nas dependências da Seção de Saúde do TRESC, Anexo II, localizado na Rua Esteves Júnior, 157, Centro, Florianópolis/SC, entre 8 e 18 horas.

2.7.1 A execução dos serviços de Auxiliares em Saúde Bucal consiste em:

- a) Preparação do paciente para o atendimento;
- b) Auxílio e instrumentação aos profissionais nas intervenções clínicas;
- c) Manipulação de materiais de uso odontológico;
- d) Preenchimento e anotação de fichas clínicas e planilhas no computador;
- e) Manutenção da ordem e organização de arquivo e fichário;
- f) Registro de dados e participação da análise das informações relacionadas ao exame periódico odontológico;
- g) Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- h) Acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- i) Aplicação de medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

- j) Desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;
- k) Controle de estoque e participação no levantamento de necessidades de compra de material;
- l) Adoção de medidas de biossegurança visando ao controle de infecção; e
- m) Demais procedimentos compatíveis com as atividades de Auxiliar em Saúde Bucal.

2.7.2 As atribuições dos Auxiliares em Saúde Bucal estão restritas ao estabelecido na Lei n. 11.889, de 24.12.2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.

2.7.3 Os serviços prestados dar-se-ão sob a supervisão dos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Odontologia.

2.7.4. A execução dos serviços deve se dar com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade, pontualidade e, principalmente, com qualidade no atendimento e na realização de cada atividade.

2.8 Serviços Adicionais

Diante de uma **eventual** demanda, superior à demanda prevista no Item 2.5 deste projeto básico, que implique na necessidade de envolvimento de maior número de profissionais e/ou maior número de horas para sua execução, o Contratante poderá solicitar a prestação de **serviços adicionais**, na forma de **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS**.

O **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS** refere-se à produtividade de 01 (um) profissional durante 01(uma) hora, para atuar como Auxiliar em Saúde Bucal e realizar as atribuições inerentes ao cargo no consultório odontológico do TRESA.

O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência, os seus horários de execução.

Os pacotes de serviços adicionais serão requisitados à Contratada pela gestão do contrato, com antecedência mínima de 02 (duas) horas e poderão ser realizados em dias úteis.

TABELA DE PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS	
Pacote de Serviços Adicionais	produtividade correspondente a 01 (um) pacote de serviços adicionais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Auxiliar em Saúde Bucal	Auxiliar nos atendimentos odontológicos realizando os procedimentos de limpeza, desinfecção e esterilização dos materiais e superfícies.
--------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2.9 Parcelamento e Adjudicação

A contratação apresenta objeto único, sem possibilidade de parcelamento e a adjudicação deverá ser global, considerando que a presente solicitação visa a contratação de apenas um auxiliar de saúde bucal, conforme subitem 2.5.

2.10 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

2.10.1 Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverá ser observado o seguinte critério: o licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem que o licitante possui capacidade na gestão de mão de obra de contratos dessa natureza.

2.10.2 Critérios Técnicos Obrigatórios

Os critérios técnicos obrigatórios constarão do edital do pregão.

2.10.3 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

A contratação de empresa para execução dos serviços especializados e continuados de Auxiliar em Saúde Bucal, ocorrerá mediante realização de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

2.12 Impacto Ambiental

Não serão necessárias adequações do ambiente. A contratada deverá executar os serviços em conformidade com a Política Ambiental do TRESC.

2.13 Conformidade Técnica

Entende-se que a única forma de contratação é a execução indireta, por meio de contratação de empresa para prestar serviços de Auxiliar em Saúde Bucal.

2.14 Obrigações da Proponente

Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica ao local de prestação de serviço, mediante agendamento prévio por meio dos telefones (48) 3333-9903 ou pelo email saude@tre-sc.jus.br.

2.15 Obrigações da Contratante

2.15.1. Promover, por meio do seu representante, o Chefe da Seção de Saúde, ou seu substituto, ou superior hierárquico, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos. Anotando, na **Relação de Falhas do Acordo de Nível de Serviços - ANS**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados; e

2.15.2. Disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários.

2.16 Obrigações da Contratada

2.16.1. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa.

2.16.2. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.16.3. Apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRESC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Coordenadoria de Pessoal Seção de Saúde

às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço.

2.16.4. Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico.

2.16.5. Apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente.

2.16.6. Fornecer uma vez ao ano para cada um de seus empregados uniforme completo no primeiro dia útil do início da vigência do contrato.

2.16.7. O uniforme deverá ser composto por 3 (três) calças brancas, 4 (quatro) camisetas pólo de malha PV na cor branca (composição 67% poliéster e 33% viscose), 1 (uma) jaqueta em tecido microfibra peletizada, 5 (cinco) pares de meias na cor branca, 100% algodão e 1 (um) par de sapatos de EVA na cor branca.

2.16.8. Responsabilizar-se pelos treinamentos, capacitações e instruções sobre Riscos de Acidentes no Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme normas regulamentadoras específicas.

2.16.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

2.16.10. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.

2.16.11. Responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante.

2.16.12. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

2.16.13. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.16.14. Para atender à demanda dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com os devidos registros no Conselho Regional de Odontologia.

2.16.15. Realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico.

2.16.16 Comprovar a quitação das obrigações trabalhistas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

2.16.17. Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Contratação de serviço que será prestado nas dependências da Seção de Saúde do TRESC, Anexo II, localizado na Rua Esteves Júnior, 157, Centro, Florianópolis/SC, cujas atribuições são:

- a) Preparação do paciente para o atendimento;
- b) Auxílio e instrumentação aos profissionais nas intervenções clínicas;
- c) Manipulação de materiais de uso odontológico;
- d) Preenchimento e anotação de fichas clínicas e planilhas no computador;
- e) Manutenção da ordem e organização de arquivo e fichário;
- d) Registro de dados e participação da análise das informações relacionadas ao exame periódico odontológico;
- e) Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- f) Acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- g) Aplicação de medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- h) Desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;
- i) Controle de estoque e participação no levantamento de necessidades de compra de material;
- j) Adoção de medidas de biossegurança visando ao controle de infecção; e
- k) Demais procedimentos compatíveis com as atividades de Auxiliar em Saúde Bucal.

Para atender à demanda dos serviços, a Contratada deverá dispor de profissionais que preencham os seguintes requisitos técnicos:

- 1)** Apresentar comprovação de conclusão de curso técnico reconhecido pelo Conselho Regional de Odontologia, na área de Auxiliar em Saúde Bucal;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

- 2)** Comprovar o registro no Conselho de Odontologia de Santa Catarina, atendendo às especificações legais (Lei nº 11.889/2008);
- 3)** Não deve estar respondendo a processo disciplinar junto àquela entidade.

A Tabela de Produtividade (Anexo III deste Projeto Básico) especifica as características do local onde serão prestados os serviços, objeto desta contratação.

3.2. Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de agosto de 2021, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais, conforme Lei de Licitações.

Considerando que a contratação vai se estender por mais de um exercício financeiro, a Contratada terá direito ao reequilíbrio econômico financeiro do ajuste. O início da prestação dos serviços deve se dar 15 (quinze) dias úteis após autorização da Seção de Saúde.

Florianópolis, em 7 de outubro de 2020.

Luciane Soldateli
Integrante Demandante

Cláudia Barcelos Faita
Integrante Técnico

Geraldo Luiz Savi Júnior
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Pessoal

Seção de Saúde

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão do contrato dos serviços de Auxiliar em Saúde Bucal, deverão ser efetuados pelo titular da Seção de Saúde ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

1.1.1. Após a assinatura, para dar início à execução do ajuste, o Tribunal promoverá reunião com a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento das obrigações contratuais, nos termos do Artigo 30 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

1.1.2. O titular da Seção de Saúde, ou seu substituto, ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do Acordo de Nível de Serviços - (ANS), as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias úteis após autorização da Seção de Saúde.

1.2.2. Os serviços serão prestados no endereço do imóvel da Seção de Saúde, informado na **Tabela de Produtividade** (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.3. Os horários de prestação dos serviços do auxiliar de Saúde Bucal estão indicados na TABELA DE PRODUTIVIDADE (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.4. Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte,

1.2.5. Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

1.2.5. Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução
Diariamente
1-Preparação do paciente para o atendimento; 2-Auxílio e instrumentação aos profissionais nas intervenções clínicas; 3-Manipulação de materiais de uso odontológico; 4-Preenchimento e anotação de fichas clínicas e planilhas no computador;; 5-Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; 6- Lavação na máquina de pijamas cirúrgicos usados no dia
Semanalmente
1-Manutenção da ordem e organização de armários de arquivos e fichários; 2-Adoção de medidas de biossegurança visando ao controle de infecção - realização de controle biológico da autoclave; 3-Aplicação de medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos- Pesagem e destinação correta do lixo biológico; 4-Organização e limpeza interna de armários e gavetas de material do consultório
Mensalmente
1-Controle de estoque e participação no levantamento de necessidades de compra de material;
Anualmente
1-Desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários- Registro de dados e participação da análise das informações relacionadas ao exame periódico odontológico.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais (Item 2.8.5 deste Projeto Básico) e de acompanhamento e avaliação dos serviços ("**Relatório ANS**", Anexo II deste Projeto Básico), o TRESA valer-se-á de encaminhamentos de e-mails e realização de telefonemas para a Contratada.

O modelo de Relatório ANS consta do Anexo II deste Projeto Básico.

1.4. Prazo de Garantia

Não se aplica a esta contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Coordenadoria de Pessoal Seção de Saúde

1.5. Acompanhamento do Contrato

Responderá pelo acompanhamento e a gestão da contratação o titular da Chefia da Seção de Saúde, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

O gestor do contrato ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do **Acordo de Nível de Serviços (ANS)**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

Tais ajustes visam:

- 1) assegurar ao CONTRATANTE o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste projeto básico; e
- 2) aplicar a dedução prevista na Res. TSE n. 23.234/2010 no pagamento à CONTRATADA quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “**Relatório do Acordo de Nível de Serviços - ANS**”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Após a averiguação do cumprimento das obrigações previstas no instrumento contratual, os serviços serão recebidos provisória e definitivamente, pelo gestor do contrato.

O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Coordenadoria de Pessoal Seção de Saúde

O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.7. Pagamento

O pagamento mensal será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

De acordo com a **mensuração dos resultados obtidos na prestação dos serviços (Relatório ANS – Anexo II)**, a Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a uma das cinco faixas:

Faixa 01 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços

Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços

Faixa 03 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços

Faixa 04 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços

Faixa 05 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias em favor da contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação

1.10. Qualificação Técnica

Caberá à contratada selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

Os funcionários deverão ter a habilidade e a capacidade necessárias para o desempenho das atribuições da Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução, conforme descrito no item 1.2.5 deste Plano de Fiscalização.

1.11. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições do contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.12. Penalidades

1.12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.12.2. São situações ensejadoras de aplicação de penalidades:

1.12.2.1. A inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas e das contribuições sociais (INSS e FGTS) será considerada situação de natureza GRAVE, sujeitando a Contratada à multa de 10% sobre o valor da fatura.

1.12.2.2. Na hipótese de incidência dos serviços prestados pela Contratada na Faixa 5 (cinco) da "Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios", Acordo de Nível de Serviço – ANS (Anexo II deste Projeto Básico), por dois meses consecutivos, ou três meses alternados, no mesmo exercício financeiro, a situação será considerada de natureza GRAVE, sujeitando a Contratada à multa de 10% sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto relativo à tabela mencionada.

1.12.2.3. A interrupção da prestação dos serviços em decorrência da falta de pessoal sujeitará a contratada às multas elencadas na tabela abaixo, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.

Tabela 1

Quantidade de Faltas	Multa
1 dia/mês	2,5%
2 dias/mês	5%
2 ou mais faltas/semana ou 3 ou mais faltas/mês	7,5%



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

1.12.2.5. Caso haja descumprimento dos demais deveres da Contratada, ressalvados aqueles fixados no Acordo de Nível de Serviço, a situação será considerada de natureza LEVE, sujeitando a Contratada à penalidade de advertência.

1.12.2.6. Havendo reincidência nas situações ensejadoras de penalidade, a Contratada será penalizada com base na situação de natureza imediatamente superior, e em se tratando de reincidência de situação GRAVÍSSIMA, tal fato pode implicar rescisão contratual.

1.12.3. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.12.3.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.12.3, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.12.4. Para os casos não previstos no subitem 1.12.3, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.12.4.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.12.3 e na alínea “f” do subitem 1.12.4 são de competência do Presidente do TRESC.

1.12.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

1.12.5.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS

Um Acordo de Nível de Serviço (ANS) é um instrumento para a gestão das expectativas do CONTRATANTE e do CONTRATADO, que cria um entendimento comum sobre serviços a serem prestados e responsabilidades das partes.

A principal meta de um ANS é definir uma estrutura para a gestão da qualidade (estabelecendo padrões para a aceitação dos serviços) e da quantidade dos serviços prestados atendendo, consequentemente, à demanda do CONTRATANTE a partir de um entendimento claro do conjunto de compromissos.

Para garantir que os níveis de serviços requeridos e especificados no acordo sejam atendidos, foram definidos indicadores que permitirão acompanhá-los mensalmente através de relatórios de monitoramento.

Os serviços objeto deste Projeto Básico serão constantemente avaliados pelos representantes do CONTRATANTE, que assinalarão as falhas na “Relação de Falhas”, conforme modelo abaixo.

Relação de Falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação dos serviços técnicos especializados e continuados.

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências: _____

Relação de Falhas	
Falha 1	Deixar de utilizar o uniforme, uso de uniforme incompleto ou uniforme excessivamente danificado/sujo
Aferição	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado
Observação:	
Data da Ocorrência	Descrição sintética
Relação de Falhas	
Falha 2	Falta de atenção, urbanidade e cordialidade no trato com os servidores da Justiça Eleitoral.
Aferição	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

	verificado.
Observação:	
Data da Ocorrência	Descrição sintética
Relação de Falhas	
Falha 3	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços que impliquem em erros de atendimento e no armazenamento de materiais
Aferição	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
Observação: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da Ocorrência	Descrição sintética
Relação de Falhas	
Falha 4	Falta de zelo durante o manuseio dos equipamentos do consultório odontológico.
Aferição	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
Observação: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da Ocorrência	Descrição sintética
Relação de Falhas	
Falha 5	Recusa na execução de serviço determinado pela chefia imediata, por serviço e por dia.
Aferição	Condicional à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
Observação: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da Ocorrência	Descrição sintética

Instruções: Preencher cada um dos 6 (seis) itens de avaliação de falhas, totalizando as ocorrências no mês de referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.

Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços:

Diante dos dados/ocorrências constantes na “Relação de Falhas”, o CONTRATANTE promoverá a tabulação dos mesmos, conforme Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios (Fator de aceitação)

Tabela 3 – Somatório dos números de falhas corrigidos (Fator de Aceitação) e efeitos remuneratórios

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (total da linha número corrigido)
Total de Ocorrências						
Tolerância (-)	1	0	1	0	0	
Excesso de falhas (=)						
Peso (x)	5	12	8	16	18	
Número corrigido (somar)						

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de ASB

Faixa 01 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços
Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços
Faixa 03 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços
Faixa 04 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços
Faixa 05 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato

Observação: A CONTRATADA fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das quatro faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.

Instruções para Aplicação da Tabela:

1.1. As listas com indicações das falhas identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo que o gestor preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam as 6 (seis) hipóteses de verificação técnica dos serviços, com base na avaliação própria e na dos usuários;

1.2. Após, **todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL** por tipo de infração, correspondendo à cada uma das 6 (seis) colunas. A seguir, do valor totalizado por cada coluna de verificação qualitativa será **deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA** prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o valor referente, **EXCESSO DE FALHAS**, por falha;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

1.3. Posteriormente, cada valor de excesso de falhas será **multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna**, obtendo-se, pois, o **NÚMERO CORRIGIDO** por tipo de apontamento [cada um dos 6 (seis) itens]. Os números atribuídos como **PESO** foram estabelecidos com base em falhas de nível baixo/médio (6) e nível alto (8); e

1.4. ao final, será **somada toda a linha com os números corrigidos**, obtendo-se um número final chamado de **FATOR DE ACEITAÇÃO**.

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Anexo III- TABELA DE PRODUTIVIDADE

Seção de Saúde do TRESC
Endereço: Rua Esteves Junior 157, Anexo II do Tresc, centro, Florianópolis
Contato: saúde-odonto@tre-sc.gov.br Telefone: 3333-9903
Quantidade estimada de profissionais: (01) profissional com curso técnico de ASB
Horário de prestação de serviço: de segunda a quinta-feira das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00H e na sexta-feira das 8:00h às 12:00 h e das 13:00 às 17:00h, totalizando 44h semanais
Características do local de realização dos serviços: consultório odontológico localizado na Seção de Saúde do TRESC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

PLANO DE TRABALHO

Contratação de serviços especializados e continuados de Auxiliar em Saúde Bucal para o Setor de odontologia da Seção de Saúde do TRE/SC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

1. Objeto da Contratação

Contratação de serviços especializados e continuados de Auxiliar em Saúde Bucal para o setor Setor de odontologia da Seção de Saúde do TRE/SC

2. Equipe de Planejamento

Integrante Demandante	Luciane Soldateli
Substituto	Josiani Regina Rosa
Integrante Técnico	Claudia Barcelos Fanta
Substituto	Mônica Hoeschel Abreu
Integrante Administrativo	Geraldo Luiz Savi Júnior
Substituto	Carlos Ruas de Araújo

3. Necessidade / Motivação

O serviço de odontologia está sendo reestruturado para se adaptar ao novo cenário imposto pela pandemia do coronavírus. Dentre as ações necessárias ao seu combate, está a contratação de ASB (auxiliar de saúde bucal), para que o atendimento odontológico passe a ser realizado a quatro mãos, diminuindo drasticamente o risco de contaminação cruzada. Este termo é utilizado para definir a transmissão de microrganismos patogênicos de uma pessoa ou objeto para outra pessoa (ou outro objeto), que pode ocorrer quando o cirurgião-dentista toca em gavetas e materiais durante os atendimentos clínicos, por exemplo. Para cada atendimento realizado se utilizam diversos materiais e instrumentais e ao final do mesmo, estes devem ser descartados e/ou processados (etapa esta que inclui descarte de resíduos orgânicos, lavagem, secagem, embalagem e desinfecção ou esterilização por métodos químicos e/ou físicos, dependendo do tipo de material/instrumental). É ainda necessário o preparo de todo o ambiente para o atendimento subsequente, o que inclui limpeza e desinfecção de todas as superfícies e equipamentos, além da troca de material e instrumental. Nesse sentido, considerando que não há no quadro funcional deste Órgão servidores cujas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

atribuições de seus cargos sejam as especificadas para a realização desses serviços, será necessária a contratação de pessoal.

4. Justificativa

O serviço especializado e continuado de assistência às cirurgiãs-Dentistas é essencial para viabilizar o retorno seguro dos atendimentos aos pacientes e virá preencher uma lacuna, visto que os serviços a serem executados por este profissional (desinfecção, limpeza e esterilização de materiais e assistência durante a execução de procedimentos) não são atribuições das Cirurgiãs-Dentistas.

5. Valor Estimado

Valor anual estimado	Preço mensal
R\$ 40.505,88	R\$ 3.375,49

6. Demanda Prevista e Quantidade a ser Contratada

A demanda prevista corresponde à demanda contratada e foi definida em observância ao número de atendimentos que serão realizados diariamente pelas cirurgiãs-dentistas do TRESP. Diante o exposto, sugere-se a contratação de (1) um profissional para atuar como Auxiliar em Saúde Bucal de acordo com as atribuições definidas no Projeto Básico (Caracterização e Composição do Objeto, subitem 2.7).

7. Resultados e Benefícios Esperados

De acordo com as competências e atribuições especificadas do profissional técnico em saúde bucal, esta contratação proporcionará a otimização dos procedimentos executados pelo serviço de odontologia e a segurança técnica necessária para a proteção da saúde das cirurgiãs-dentistas, dos servidores e de seus dependentes atendidos neste Tribunal.